

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	36
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	37
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	38
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.988.146.121
Preferenciais	6.988.146.121
Total	13.976.292.242
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	1.369.800	1.339.382
1.01	Ativo Circulante	121.488	73.152
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	63.584	19.802
1.01.01.01	Numerários Disponibilidades	3.465	1.027
1.01.01.02	Bancos Contas Movimento	40	2.125
1.01.01.03	Aplicações Financeiras	60.079	16.650
1.01.03	Contas a Receber	49.860	43.537
1.01.03.01	Clientes	49.860	43.537
1.01.03.01.01	Contas a Receber	4.151	1.676
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	45.709	41.861
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.939	3.067
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.939	3.067
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.061	2.764
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	2.061	2.764
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.044	3.982
1.01.08.03	Outros	4.044	3.982
1.01.08.03.03	Pagamentos Antecip. Relac. a Concessão	3.297	3.297
1.01.08.03.04	Outros Créditos	747	685
1.02	Ativo Não Circulante	1.248.312	1.266.230
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	117.365	113.859
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	105	105
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	105	105
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	33	0
1.02.01.07.01	Despesas Antecipadas	33	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	117.227	113.754
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	1.777	1.745
1.02.01.09.05	Pagamentos Antecipados Relacionados a Concessão	115.450	112.009
1.02.03	Imobilizado	65.161	66.812
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	57.623	58.754
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	7.538	8.058
1.02.04	Intangível	1.065.786	1.085.559
1.02.04.01	Intangíveis	1.065.786	1.085.559
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	892.615	909.356
1.02.04.01.02	Goodwill	173.171	176.203

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	1.369.800	1.339.382
2.01	Passivo Circulante	314.364	276.894
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.174	9.402
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.103	1.157
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	10.071	8.245
2.01.02	Fornecedores	15.315	17.757
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	15.071	17.621
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	244	136
2.01.03	Obrigações Fiscais	31.225	37.441
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	27.333	33.759
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	21.111	27.612
2.01.03.01.03	Impostos e Contribuições Federais Parcelados	6.222	6.147
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.892	3.682
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	3.892	3.682
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	223.677	182.466
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	561	798
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	561	798
2.01.04.02	Debêntures	223.116	181.668
2.01.05	Outras Obrigações	11.250	11.588
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.256	2.602
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	3.256	2.602
2.01.05.02	Outros	7.994	8.986
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	2.187	2.092
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	5.807	6.894
2.01.06	Provisões	21.723	18.240
2.01.06.02	Outras Provisões	21.723	18.240
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	21.723	18.240
2.02	Passivo Não Circulante	754.712	822.999
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	615.061	680.393
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	480	548
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	480	548
2.02.01.02	Debêntures	614.581	679.845
2.02.01.02.01	Debêntures	614.581	679.845
2.02.02	Outras Obrigações	10.173	9.920
2.02.02.02	Outros	10.173	9.920
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.724	1.724
2.02.02.02.04	Obrigações com o poder concedente	6.710	6.862
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	1.739	1.334
2.02.03	Tributos Diferidos	60.583	61.056
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	60.583	61.056
2.02.04	Provisões	68.895	71.630
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	56.728	57.551
2.02.04.01.05	Provisões para Riscos Trabalhistas e Cíveis	2.408	2.338
2.02.04.01.07	Impostos e contribuições parcelados	54.320	55.213
2.02.04.02	Outras Provisões	12.167	14.079
2.02.04.02.04	Provisão de manutenção	12.167	14.079

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03	Patrimônio Líquido	300.724	239.489
2.03.01	Capital Social Realizado	139.763	139.763
2.03.02	Reservas de Capital	2.642	2.642
2.03.04	Reservas de Lucros	97.084	97.084
2.03.04.01	Reserva Legal	27.953	27.953
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	69.096	69.096
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	35	35
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	61.235	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	192.716	183.432
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-67.745	-61.829
3.02.01	Custo de Construção	-5.012	-4.275
3.02.02	Provisão de Manutenção	-2.525	-1.871
3.02.03	Depreciação e amortização	-17.845	-16.005
3.02.04	Custo da outorga	-15.844	-15.273
3.02.05	Serviços	-13.222	-10.805
3.02.06	Custo com pessoal	-8.160	-7.744
3.02.07	Materiais Equipamentos e Veículos	-1.843	-1.829
3.02.08	Outros	-3.294	-4.027
3.03	Resultado Bruto	124.971	121.603
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-14.840	-13.869
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.840	-13.869
3.04.02.01	Serviços	-5.920	-5.702
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-3.681	-2.228
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-3.573	-2.162
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-227	-963
3.04.02.05	Outros	-1.439	-2.814
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	110.131	107.734
3.06	Resultado Financeiro	-17.088	-20.396
3.06.01	Receitas Financeiras	738	1.313
3.06.02	Despesas Financeiras	-17.826	-21.709
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	93.043	87.338
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-31.808	-29.868
3.08.01	Corrente	-32.281	-27.663
3.08.02	Diferido	473	-2.205
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	61.235	57.470
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	61.235	57.470
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00417	0,00392
3.99.01.02	PN	0,00459	0,00431
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00417	0,00392
3.99.02.02	PN	0,00459	0,00431

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	61.235	57.470
4.03	Resultado Abrangente do Período	61.235	57.470

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	89.476	104.250
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	101.942	101.400
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido no período	61.235	57.470
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-473	2.205
6.01.01.04	Depreciação e amortização	18.494	16.181
6.01.01.05	Amortização de ágio	3.032	2.821
6.01.01.06	Baixa de ativo imobilizado e intangível	423	0
6.01.01.08	Capitalização de custo de empréstimos	-532	-1.104
6.01.01.09	Constituição e juros de provisões de riscos	70	-331
6.01.01.10	Provisão (reversão) de credito liquidação duvidosa	76	-76
6.01.01.11	Provisão manutenção	2.525	1.871
6.01.01.12	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	1.032	966
6.01.01.13	Juros sobre impostos parcelados	769	1.319
6.01.01.15	Juros sobre debêntures, emprést. e financiamentos	15.291	20.078
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-12.466	2.850
6.01.02.01	Contas a receber	-2.551	-155
6.01.02.02	Contas a receber - Partes relacionadas	-3.848	4.430
6.01.02.03	Impostos a recuperar	1.128	79
6.01.02.04	Despesas antecipadas outorga fixa	-3.441	-3.196
6.01.02.05	Outras Despesas antecipadas	670	557
6.01.02.06	Outras contas a receber	-94	-244
6.01.02.07	Fornecedores	-2.442	-3.864
6.01.02.08	Fornecedores - Partes relacionadas	654	2.859
6.01.02.09	Obrigações Sociais e trabalhistas	1.772	2.178
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para imposto	29.624	26.497
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social pagos no trimestre	-37.502	-23.261
6.01.02.13	Realização de provisão de manutenção	-1.986	-6.615
6.01.02.14	Obrigações com o poder concedente	6.232	5.296
6.01.02.15	Outras contas a pagar	-682	-1.711
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-6.282	-11.380
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-1.424	-7.648
6.02.02	Aquisição de ativo intangível	-4.858	-3.732
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-39.412	-31.070
6.03.01	Captações	0	-140
6.03.02	Pagamentos principal	-21.751	-21.814
6.03.03	Pagamentos juros	-17.661	-9.116
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	43.782	61.800
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	19.802	12.950
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	63.584	74.750

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	97.084	0	0	239.489
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	97.084	0	0	239.489
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	61.235	0	61.235
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	97.084	61.235	0	300.724

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	264.537	0	0	406.942
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	264.537	0	0	406.942
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	57.470	0	57.470
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	57.470	0	57.470
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	264.537	57.470	0	464.412

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	210.470	200.266
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	207.742	197.796
7.01.02	Outras Receitas	2.728	2.470
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-33.080	-30.118
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-14.575	-16.117
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.968	-7.855
7.02.04	Outros	-7.537	-6.146
7.02.04.01	Provisão de manutenção	-2.525	-1.871
7.02.04.02	Custo de construção	-5.012	-4.275
7.03	Valor Adicionado Bruto	177.390	170.148
7.04	Retenções	-21.526	-19.002
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-21.526	-19.002
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	155.864	151.146
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	738	1.313
7.06.02	Receitas Financeiras	738	1.313
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	156.602	152.459
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	156.602	152.459
7.08.01	Pessoal	10.167	9.363
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.218	6.526
7.08.01.02	Benefícios	2.463	2.289
7.08.01.03	F.G.T.S.	406	380
7.08.01.04	Outros	80	168
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	51.225	48.401
7.08.02.01	Federais	40.840	38.482
7.08.02.02	Estaduais	109	118
7.08.02.03	Municipais	10.276	9.801
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	33.975	37.225
7.08.03.01	Juros	17.752	21.587
7.08.03.02	Aluguéis	379	365
7.08.03.03	Outras	15.844	15.273
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	61.235	57.470
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	61.235	57.470

Informações Trimestrais
Comentários Sobre o Desempenho - 1º trimestre 2013

As informações financeiras e operacionais abaixo, exceto onde indicado em contrário, são apresentadas de acordo com a Legislação Societária e as comparações são referentes ao 1T13.

Principais destaques

- A receita líquida operacional alcançou R\$ 187,7 milhões (+4,8%);
- O EBIT atingiu R\$ 110,1 milhões (+2,41%);
- O EBITDA atingiu R\$ 134,8 milhões (+4,7%);
- O lucro líquido atingiu R\$ 61,2 milhões (+6,4%).

Indicadores [R\$ MM]	1ºT13	1ºT12	Var.%
Receita líquida operacional (*)	187,7	179,1	+ 4,7
EBIT	110,1	107,8	+2,1
<i>Margem EBIT</i>	58,7%	60,2%	-1,5 p.p.
EBITDA	134,8	128,7	+4,7
<i>Margem EBITDA</i>	71,8%	71,9%	-0,1 p.p.
Lucro Líquido	61,2	57,5	+6,4

(*) Receita líquida operacional é a soma da receita de pedágio com a receita acessória deduzindo os tributos diretos.

Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq¹)

Em unid.²	1º T13	1ºT12	Var.%
Veículos equivalentes	28.664.758	28.424.786	+0,8
Veículos leves (Eq)	16.062.822	15.755.548	+2,0
Veículos pesados (Eq)	12.601.936	12.669.238	-0,5

1 - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

Comentário do Desempenho

2 - Nas praças de pedágio, onde a cobrança é unidirecional, os seus volumes de tráfego foram dobrados para se ajustarem a aquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

Tráfego consolidado (+0,8%)

O tráfego consolidado do 1T13 cresceu 0,8% em relação ao 1T12, influenciado pelo efeito calendário de -2,2% devido a mobilidade do feriado de Páscoa, que este ano realizou-se em março e em 2012 foi em abril e um dia a menos no mês de fevereiro de 2013.

Veículos de passeio (+2,0%)

Com aumento de 2,0% sobre o 1T12, os três primeiros meses de 2012 mostraram um efeito calendário de -1,2% na movimentação dos veículos de passeio, com destaque para as viagens de longa distância.

Veículos comerciais (-0,5%)

A movimentação de veículos comerciais no 1T13 foi de -0,5% comparada ao 1T12 mostraram um efeito calendário de -3,6%. Este resultado foi impactado pela retração da atividade industrial no período e redução dos volumes de importação/exportação dos municípios lindeiros.

1. Reajustes de tarifas de pedágio

Conforme contrato de Concessão, a Companhia reajustou, em julho de 2012, as suas tarifas básicas de pedágio em 4,26%, conforme variação acumulada do Índice Geral de Preços e Mercado (IGP-M) de junho de 2011 a maio de 2012. O próximo reajuste, previsto contratualmente, será no mês de julho de 2013.

Comentário do Desempenho

2. Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita bruta operacional

Receita bruta operacional [R\$ mil]	1º T13	1ºT12	Var.%
Receita de pedágio	202.730	193.521	+4,8
Receitas acessórias	2.728	2.470	+10,4
Receita bruta total	205.458	195.991	+4,8

Receita de construção

Receita bruta de construção [R\$ mil]	1º T13	1ºT12	Var.%
Total	5.012	4.275	+17,2

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01, a Companhia deverá reconhecer a receita e o custo de construção, de acordo com o CPC 17 – Contratos de Concessão. Para a CCR ViaOeste, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Os valores de investimentos da Companhia acompanham o cronograma de investimentos acordado com o Poder Concedente. Neste trimestre tivemos como destaque as obras: Dispositivo de Retorno Km 64+500 e 1ª Intervenção da Marginal Oeste entre o KM 13,7 e 24,6, ambas, na Rodovia Presidente Castelo Branco – SP 280.

Receita líquida operacional

A receita líquida operacional do 1T13 obteve um crescimento nominal de 4,8% em relação ao 1T12, impactadas pelo reajuste da tarifa de pedágio e pelo crescimento do tráfego de veículos de passeio.

As deduções sobre a receita operacional bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total é de 8,65%, aumentaram em 4,9% no 1T13, em relação ao 1T12, reflexo do crescimento do aumento da receita bruta operacional.

Comentário do Desempenho

Custos e despesas totais

Custos e despesas [R\$ mil]	1º T13	1ºT12	Var.%
Custo de construção	5.012	4.275	+17,2
Provisão de manutenção	2.525	1.871	+35,0
Depreciação e amortização	21.526	18.233	+18,1
Custo da outorga	15.844	15.273	+3,7
Serviços de terceiros	19.142	16.507	+16,0
Custo com pessoal	11.733	9.906	+18,4
Materiais, equipamentos e veículos	2.070	2.792	-25,9
Outros	4.733	6.841	-30,8
Custos e despesas totais	82.585	75.698	9,1

Os custos e despesas totais da Companhia aumentaram em R\$ 6.887 mil no 1T13, quando comparado ao mesmo período em 2012. Esta alteração é reflexo do cronograma de investimentos, cujo aumento nos itens custo de construção e provisão de manutenção, impactou em um crescimento de R\$ 1.391 mil, bem como o crescimento do item de depreciação e amortização em R\$ 3.293 mil, resultante também dos investimentos.

Custo de construção: Conforme já descrito no item de receita de construção, o aumento de 17,2% no 1T13, comparado com o 1T12, é reflexo dos investimentos na Rodovia Presidente Castelo Branco, sendo o dispositivo de retorno do KM 64,5 e a 1ª Intervenção da Marginal Oeste trecho compreendido entre o KM 13,7 e 24,6.

Provisão de manutenção: Neste trimestre houve um aumento de 35%, em comparação com o 1T12, associada à provisão de manutenção e recuperação futura do pavimento.

Depreciação e amortização: Este item refere-se à transferência do ativo em andamento para o ativo definitivo, bem como a depreciação e amortização dos ativos tangíveis e intangíveis da Companhia.

Custo da outorga: Estes custos são impactados pelo crescimento da outorga variável, proporcional ao crescimento da receita de pedágio neste período, bem como, o reajuste da outorga fixa, tal qual ocorre concomitantemente às tarifas básicas de pedágio.

Comentário do Desempenho

Serviços de terceiros: Neste grupo temos os itens de prestadores de serviços, assim como os custos diretos, sendo estes referentes aos valores envolvidos na conservação especial da rodovia, tais como: estabilização de terraplenos, conservação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), obras de arte correntes (drenagem), entre outros. No 1T13 tivemos uma variação de R\$ 2.635mil quando comparado ao mesmo período de 2012, justificada pelo escopo da conservação especial da rodovia.

Custos com pessoal: Os valores do 1T13 apresentam-se em R\$ 1.827mil em relação ao mesmo período de 2012.

Outros: Os custos do 1T13 estão 30,8% inferiores ao 1T12 em razão de uma redução dos custos com passivos jurídicos.

EBITDA

Reconciliação EBITDA [R\$ MM]	1º T13	1ºT12	Var.%
Lucro líquido	61,2	57,5	+6,4
(+) IR/CS	31,8	29,9	+6,4
(+) Resultado financeiro Líquido	17,1	20,4	-16,2
(+) Depreciação e amortização	21,5	18,2	+18,1
(+) Custos e despesas não Caixa	3,2	2,7	+22,2
EBITDA	134,8	128,7	+4,7
Margem EBITDA	71,8	71,9	-0,1 p.p.

EBIT

Reconciliação EBIT [R\$ MM]	1º T13	1ºT12	Var.%
Lucro líquido	61,2	57,5	+6,4
(+) IR/CS	31,8	29,9	+6,4
(+) Resultado financeiro líquido	17,1	20,4	-16,2
EBIT	110,1	107,8	+2,1
Margem EBIT	58,7	60,2	-1,5 p.p.

Comentário do Desempenho

Resultado financeiro líquido

Resultado financeiro líquido [R\$ MM]	1ºT13	1ºT12	Var.%
Despesas financeiras	17,8	21,7	-18
Financiamentos - juros	15,3	18,7	-18,2
Taxas, comissões e outros	1,3	2,0	-35
Ajuste a VP da provisão de manut.	1,2	1,0	+20
Receitas financeiras	0,7	1,3	-46,2
Rendimento sobre aplicações financ	0,6	1,0	-40
Juros e outras receitas financ.	0,1	0,3	-66,7
Resultado financeiro líquido	17,1	20,4	-16,2

O item de despesas financeiras no 1T13 está 18 % inferior quando comparado ao 1T12, em razão das amortizações da dívida da Companhia ocorridas durante os últimos 12 meses.

3. Investimentos

A Companhia tem investido em melhorias na segurança da rodovia do Sistema Castello Raposo, assim como na recuperação de pavimento em diversos trechos, no intuito de sempre oferecer aos usuários do sistema, rodovias de melhor qualidade.

4. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de Acidentes [un]	1º T13	1ºT12	Var.%
Total de acidentes	781	732	+6,7
Total de vítimas	630	659	-4,4

A Companhia obteve uma importante redução do número de vítimas feridas e falecidas, sendo que os pontos de destaque para esta redução é a continuidade da fiscalização da polícia militar rodoviária por meio de câmeras e aplicação de campanhas educativas para diversos usuários das rodovias da CCR ViaOeste. No entanto, tivemos um aumento no número de acidentes sem gravidades, influenciados pelo aumento natural do volume de tráfego do 1T13 em relação de 1T12.

Comentário do Desempenho

5. Ações de caráter ambiental, responsabilidade social e cultural

Com relação aos projetos socioculturais e esportivos, foram realizados nos municípios do entorno das rodovias administradas pela CCR ViaOeste os seguintes projetos:

- *Estrada para Cidadania*: Conjunto de ações de caráter educacional que visa consolidar conceitos de Educação para o Trânsito, Cidadania e Meio Ambiente, realizado em parcerias com as Secretarias Municipais de Educação para os alunos do 4º e 5º ano do ensino fundamental, em 17 cidades no entorno das rodovias administradas pela CCR ViaOeste.

- *Estrada para Saúde*: Instalado na área de descanso do km 57 da SP 280 – Rodovia Castello Branco, junto ao Posto de Serviços Quinta do Marques, oferecendo diariamente e gratuitamente, exames de tipagem sanguínea + fator Rh, glicemia, colesterol, triglicérides e pressão arterial; acuidade visual; cálculo de IMC; consultas especializadas com enfermeiros, saúde bucal (tratamento odontológico preventivo, limpeza e restaurações), corte de cabelo, massagem bioenergética, área de descanso, com lavanderia, chuveiros, e um amplo estacionamento para 50 carretas.

- *Pintura Solidária*: Oficinas de pintura, voltadas para instituições em geral (APAE, hospitais, creches, abrigos, etc), tendo como objetivo a inclusão cultural e a ampliação do acesso à cultura, promovendo a igualdade e a dignidade para todos. Seis municípios são atendidos, sendo uma instituição beneficiadas em cada cidade.

- *Fundação Tennis*: A Fundação Tennis é um programa educacional esportivo, com linha pedagógica na educação olímpica e desenvolve os valores de amizade, respeito e excelência. O projeto é realizado em escolas do município de Santana de Parnaíba.

- *Eprocad*: Projeto que visa a formação de crianças e adolescentes, com o objetivo de desenvolver suas potencialidades por meio do trinômio: Esporte, Educação e Cidadania. Oferece aos jovens uma nova experiência esportiva relacionada ao futebol “uma nova visão de jogo”, possibilitando o desenvolvimento gradual da consciência cidadã, da visão crítica, da atuação participativa, da iniciativa, do espírito de equipe e da disciplina. O projeto acontece em sede própria instalada no município de Santana de Parnaíba.

Comentário do Desempenho

- *Karatequinha*: O projeto tem por objetivo, proporcionar à crianças e adolescentes de 5 a 18 anos, no contra-turno escolar, esporte, disciplina, ética e autocontrole, por meio do Karatê visando a formação do caráter de crianças e adolescentes na cidade de São Roque. Além da prática esportiva, são oferecidas atividades culturais e de lazer, realização de encontros com os pais, além de encaminhamento para cursos de qualificação profissional, através de parcerias com instituições de ensino. Também são oferecidos pelo projeto, aulas de espanhol, inglês, informática, música, biblioteca e recreações (jogos, brinquedos, vídeo-game, etc.) aos participantes que apresentam ótimo desempenho escolar.

- *Teatro Mãos Dadas*: Visa promover conceitos de cidadania, principalmente com foco nas relevantes questões de segurança rodoviária (cinto de segurança, travessia segura, pipas sem cerol), por meio de peças de teatro apresentadas voluntariamente por colaboradores da CCR ViaOeste, para crianças de 05 a 09 anos de escolas públicas, creches, orfanatos e comunidades. Apresentações realizadas nas cidades de Cotia e Carapicuíba, sendo 2 escolas em cada cidade.

6. Considerações finais

As informações financeiras trimestrais (ITR) da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. , aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A Diretoria

Notas Explicativas

1 Contexto operacional

A Companhia tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão até 31 de dezembro de 2022, a exploração do Sistema Rodoviário Castello Branco/Raposo Tavares, incluindo as rodovias Presidente Castello Branco (SP 280), Raposo Tavares (SP 270), Senador José Ermírio de Moraes (SP 075) e Dr. Celso Charuri (SP 091), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto de acordo com o Edital de Concorrência nº. 008/CIC/97 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo.

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. O endereço da sede é na Rua São João, nº. 30, bairro Centro e na cidade de Araçatiguama, no estado de São Paulo. A controladora final da Companhia é a CCR S.A.

Neste trimestre não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

2 APRESENTAÇÃO DAS ITR

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e especificamente o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Em 8 de maio de 2013 foi aprovada pela Administração da Companhia a conclusão destas informações trimestrais.

Demonstração dos fluxos de caixa

- Informação suplementar

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2013, houve a movimentação de R\$ 6.289 (R\$ 5.857 em 31 de março de 2012), da conta “Aquisição de ativo intangível” contra a conta “Obrigações com o poder concedente”, decorrente de ressarcimento de obras conforme detalhado na nota explicativa nº. 12.

Reclassificação

Para melhor apresentação dos valores de pagamento de imposto de renda e contribuição social, na demonstração dos fluxos de caixa, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, foi reclassificado o montante de R\$ 37.203 da linha “Imposto de renda e contribuição social pagos no trimestre” para “Impostos e contribuições a recolher e parcelados”.

Notas Explicativas

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Neste período não ocorreram mudanças nas principais práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

4 DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Neste período não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5 GERENCIAMENTO DE RISCO FINANCEIRO

Neste período não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Notas Explicativas**6 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA**

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e equivalentes de caixa	3.505	3.152
Aplicações financeiras		
Fundos de investimento de renda fixa	<u>60.079</u>	<u>16.650</u>
	<u>63.584</u>	<u>19.802</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 100,31% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, equivalente a 6,98% ao ano (8,31% ao ano em 31 de dezembro de 2012).

7 CONTAS A RECEBER

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Circulante		
Pedágio eletrônico	1.829	1.259
Receitas acessórias	1.785	490
Outros	<u>687</u>	<u>1</u>
	4.301	1.750
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	<u>(150)</u>	<u>(74)</u>
	<u>4.151</u>	<u>1.676</u>

O quadro a seguir resume os saldos à receber por vencimento

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Créditos a vencer	3.924	1.528
Créditos vencidos até 60 dias	158	138
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	69	10
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	76	33
Créditos vencidos de 180 a 360 dias	63	31
Créditos em atraso há mais de 360 dias	<u>11</u>	<u>10</u>
	<u>4.301</u>	<u>1.750</u>

(a) A Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD é constituída por títulos vencidos há mais de 90 dias, com base no histórico de perda da Companhia.

8 IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos**

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	93.043	87.338
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(31.635)	(29.695)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(161)	(177)
Despesas com brindes e associações de classe	(53)	-
Despesas indedutíveis	19	-
Incentivo relativo ao imposto de renda	22	-
Outros ajustes tributários	-	4
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(31.808)</u>	<u>(29.868)</u>
Impostos correntes	(32.281)	(27.663)
Impostos diferidos	473	(2.205)
	<u>(31.808)</u>	<u>(29.868)</u>
Alíquota efetiva de impostos	34%	34%

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Bases ativas		
Depreciação de obras lançadas no custo (a)	25.416	24.424
Depreciação fiscal de gastos com obras registradas como provisão de manutenção (b)	17.971	18.352
Provisão de manutenção (c)	11.523	10.989
Provisão para participação nos resultados (PLR)	837	656
Provisão para contingências	819	795
Custo de transação na emissão de títulos	219	188
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	51	25
Provisão para despesa com taxa de manutenção de TAG'S	-	271
Outros	1.448	675
	<u>58.284</u>	<u>56.375</u>
Bases passivas		
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (d)	(86.508)	(85.114)
Custo de empréstimos capitalizados (e)	(18.551)	(18.746)
Amortização linear do Direito da Concessão - Ágio (fiscal) versus amortização pela curva de benefício econômico (contábil) (f)	(12.931)	(12.779)
Outros	(877)	(792)
	<u>(118.867)</u>	<u>(117.431)</u>
Passivo fiscal diferido líquido	<u>(60.583)</u>	<u>(61.056)</u>

- (a) Diferenças temporárias oriundas da depreciação fiscal de obras qualificadas como custo nas práticas contábeis – Lei nº 11.638/07.
- (b) Diferenças temporárias oriundas da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção nas práticas contábeis – Lei nº 11.638/07.
- (c) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item “b” conforme práticas contábeis – Lei nº 11.638/07.
- (d) Diferenças temporárias entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como de melhorias nos termos das práticas contábeis – Lei nº 11.638/07.
- (e) Diferenças temporárias entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis,

Notas Explicativas

nos termos das práticas contábeis – Lei nº 11.638/07.

- (f) Diferenças temporárias entre a amortização fiscal (linear) e contábil (curva de benefício econômico) do direito de concessão - ágio, nos termos das práticas contábeis – Lei nº 11.638/07.

9 PAGAMENTOS ANTECIPADOS RELACIONADOS À CONCESSÃO

	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Circulante	3.297	3.297				
Não Circulante	28.849	29.673	86.601	82.336	115.450	112.009

- (1) Pagamentos antecipados no início da concessão ao Poder Concedente, relativos a outorga fixa da concessão foram registradas como ativo e estão sendo apropriadas ao resultado durante o período de concessão.
- (2) Para adequação do valor mensal dos custos com outorga fixa na Companhia, a qual o prazo de encerramento da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativada e será apropriada ao resultado no período de extensão da concessão.

10 PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, assim como as transações que influenciaram os resultados dos períodos de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas.

	Transações		Saldos		
	Receitas	Serviços Prestados	Ativo Contas a receber	Passivo Fornecedores	Contas a pagar
Controladora					
CCR S.A. - Divisão Actua (a)	-	645	15	884	-
Outras partes relacionadas					
CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (b)	-	2.421	45.686	-	-
Samm - Fibra Optica (c)	461	-	-	1.304	-
CPC - Divisão Engelog (d)	-	3.361	-	1.052	-
Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (e)	-	-	8	-	16
Total circulante, 31 de março de 2013	<u>461</u>	<u>6.427</u>	<u>45.709</u>	<u>3.240</u>	<u>16</u>
Total, 31 de dezembro de 2012			<u>41.861</u>	<u>2.585</u>	<u>17</u>
Total, 31 de março de 2012	<u>-</u>	<u>6.405</u>			

Notas Explicativas

- **Saldo a pagar aos profissionais chaves da administração:**

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Remuneração dos administradores (f)	1.164	955

- **Despesas com profissionais chaves da administração**

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa (f)	302	268
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado	221	212
Previdência privada	8	6
Seguro de vida	1	1
	<u>532</u>	<u>487</u>

- (a) Prestador exclusivo de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR;
- (b) Referem-se às receitas de pedágio eletrônico cobradas de usuários do sistema Sem Parar, as quais serão repassadas à Companhia no mês subsequente;
- (c) Contrato para entrega futura de fibra óptica;
- (d) Prestador exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção ao Grupo CCR;
- (e) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores; e
- (f) Contempla valor total à pagar referente à remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração: Conselho de Administração (somente remuneração fixa) e Diretoria.

11 ATIVO IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação %	<u>31/03/2013</u>			<u>31/12/2012</u>		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	11	3.961	(1.998)	1.963	3.924	(1.909)	2.015
Máquinas e equipamentos	12	33.900	(18.323)	15.577	33.896	(17.546)	16.350
Veículos	20	9.940	(6.112)	3.828	10.146	(6.072)	4.074
Instalações e edificações	5	2.130	(1.961)	169	2.130	(1.952)	178
Sistemas operacionais	16	77.838	(41.752)	36.086	75.929	(39.792)	36.137
Imobilizado em andamento	-	7.538	-	7.538	8.058	-	8.058
		<u>135.307</u>	<u>(70.146)</u>	<u>65.161</u>	<u>134.083</u>	<u>(67.271)</u>	<u>66.812</u>

Notas Explicativas**MOVIMENTAÇÃO DO CUSTO**

	31/12/2012		31/03/2013		
	Custo	Adições	Baixas	Transferências (a)	Custo
Móveis e utensílios	3.924	3	(1)	35	3.961
Máquinas e equipamentos	33.896	-	-	4	33.900
Veículos	10.146	-	(206)	-	9.940
Instalações e edificações	2.130	-	-	-	2.130
Sistemas operacionais	75.929	-	-	1.909	77.838
Imobilizado em andamento	8.058	1.560	-	(2.080)	7.538
	<u>134.083</u>	<u>1.563</u>	<u>(207)</u>	<u>(132)</u>	<u>135.307</u>
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/03/2012</u>			
Movimento em 2012	111.008	8.285	(162)	-	119.131

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 139 em 31 de março de 2013 (R\$ 637 em 31 de março de 2012).

MOVIMENTAÇÃO DA DEPRECIÇÃO

	31/12/2012		31/03/2013	
	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Móveis e utensílios	(1.909)	(90)	1	(1.998)
Máquinas e equipamentos	(17.546)	(777)	-	(18.323)
Veículos	(6.072)	(225)	185	(6.112)
Instalações e edificações	(1.952)	(9)	-	(1.961)
Sistemas operacionais	(39.792)	(1.960)	-	(41.752)
	<u>(67.271)</u>	<u>(3.061)</u>	<u>186</u>	<u>(70.146)</u>
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/03/2012</u>		
Movimento em 2012	(57.522)	(1.843)	-	(59.365)

12 ATIVO INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização %	31/03/2013			31/12/2012		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura (b)	(*)	1.214.750	(326.934)	887.816	1.216.288	(311.928)	904.360
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	9.664	(5.265)	4.399	9.532	(4.984)	4.548
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	1.352	(952)	400	1.352	(904)	448
Direito da Concessão - ágio (c)	(*)	251.709	(78.538)	173.171	251.709	(75.506)	176.203
		<u>1.477.475</u>	<u>(411.689)</u>	<u>1.065.786</u>	<u>1.478.881</u>	<u>(393.322)</u>	<u>1.085.559</u>

Notas Explicativas**MOVIMENTAÇÃO DO CUSTO**

	31/12/2012		31/03/2013			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferências (a)	Ressarcimento de Obras (**)	
Direitos de exploração da infraestrutura (b)	1.216.288	5.251	(500)	-	(6.289)	1.214.750
Direitos de uso de sistemas informatizados	9.532	-	-	132	-	9.664
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.352	-	-	-	-	1.352
Direito da Concessão - ágio (c)	251.709	-	-	-	-	251.709
	<u>1.478.881</u>	<u>5.251</u>	<u>(500)</u>	<u>132</u>	<u>(6.289)</u>	<u>1.477.475</u>
	<u>31/12/2011</u>		<u>31/03/2012</u>			
Movimento em 2012	1.471.784	4.199	162	-	(5.857)	1.470.288

MOVIMENTAÇÃO DA AMORTIZAÇÃO

	31/12/2012		31/03/2013		
	Amortização	Adições	Baixas	Amortização	
Direitos de exploração da infraestrutura (b)	(311.928)	(15.104)	98	(326.934)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	(4.984)	(281)	-	(5.265)	
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(904)	(48)	-	(952)	
Direito da Concessão - ágio (c)	(75.506)	(3.032)	-	(78.538)	
	<u>(393.322)</u>	<u>(18.465)</u>	<u>98</u>	<u>(411.689)</u>	
	<u>31/12/2011</u>		<u>31/03/2012</u>		
Movimento em 2012	(318.626)	(17.159)	-	(335.785)	

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

(**) Refere-se ao reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras realizadas pela Companhia, conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº 20.

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

(b) Do montante de R\$ 1.214.750, em 31 de março de 2013, R\$ 26.334 referem-se a intangível em fase de construção e não disponibilizado ao usuário.

(c) Direito da Concessão: refere-se ao ágio gerado após a reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 393 em 31 de março de 2013 (R\$ 467 em 31 de março de 2012). A taxa de capitalização dos custos de empréstimos foi, em média, de 0,54% ao mês durante o período de 31 de março de 2013 (em média 0,77% ao mês durante o período de 31 de março de 2012).

Notas Explicativas**13 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTO MERCANTIL**

Em moeda nacional	Taxas Contratuais		Vencimentos	31/03/2013	31/12/2012
	(% a.a.)				
HSBC Bank Brasil S.A.	TJLP + 1,7%		15 de julho de 2013	55	93 (a)
Banco Alfa de Investimentos S.A.	TJLP + 1%		15 de maio de 2015	96	107 (a)
Banco Alfa de Investimentos S.A.	5,5% a.a.		17 de julho de 2017	506	530 (c)
Banco Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	CDI + 1,5%		02 de setembro de 2013	239	447 (b)
Banco Itaú S.A.	1,23% a.m.		21 de setembro de 2014	145	169 (a)
Total				<u>1.041</u>	<u>1.346</u>
Total circulante				<u>561</u>	<u>798</u>
Total não circulante				<u>480</u>	<u>548</u>

Garantias

- (a) Bens financiados;
- (b) Aval do acionista controlador.
- (c) Não existem garantias

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	31/03/2013
2014	160
2015	135
2016	117
2017	68
	<u>480</u>

As condições, garantias e restrições pactuados não foram alterados e vêm sendo cumpridas regularmente. Neste trimestre não houve a contratação de novas operações ou liquidações de operações anteriores.

14 DEBÊNTURES

	Taxas Contratuais (% a.a.)	Custo efetivo (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo de custo de transação a apropriar	Vencimentos	31/03/2013	31/12/2012
3a. Emissão Série Única	110,5% do CDI	0,2201% (a)	880	192	Fevereiro de 2015	86.120	109.843 (b)
4a. Emissão Série Única	108,3% do CDI	0,1718% (a)	3.828	2.790	Mai de 2017	751.577	751.670 (b)
Total				<u>2.982</u>		<u>837.697</u>	<u>861.513</u>
Debêntures						224.401	183.026
Custo de transação						<u>(1.285)</u>	<u>(1.358)</u>
Total circulante						<u>223.116</u>	<u>181.668</u>
Debêntures						616.278	681.846
Custo de transação						<u>(1.697)</u>	<u>(2.001)</u>
Total não circulante						<u>614.581</u>	<u>679.845</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são

Notas Explicativas

conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Garantias:

(b) Não existem garantias.

As condições, garantias e restrições pactuados não foram alterados e vêm sendo cumpridas regularmente. Neste trimestre não houve a contratação de novas operações ou liquidações de operações anteriores.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>31/03/2013</u>
2014	153.804
2015	197.772
2016	176.472
2017	88.230
	<u>616.278</u>

15 OBRIGAÇÕES FISCAIS

a. Obrigações fiscais federais e municipais – a recolher

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
IRPJ e CSLL	17.785	24.287
ISS	3.892	3.682
COFINS	2.197	2.125
PIS	476	460
PIS, COFINS, CSLL retidos	306	263
INSS retido	260	372
IRRF	87	105
	<u>25.003</u>	<u>31.294</u>

b. Impostos e contribuições parceladas

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/03/2013</u>			<u>Saldo final</u>
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Realização</u>	<u>Transferências</u>	
Circulante	6.147	77	(1.587)	1.585	6.222
Não circulante	55.213	692	-	(1.585)	54.320
Total	<u>61.360</u>	<u>769</u>	<u>(1.587)</u>	<u>-</u>	<u>60.542</u>

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/03/2012</u>			<u>Saldo final</u>
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Realização</u>	<u>Transferências</u>	
Circulante	5.734	123	(1.491)	1.491	5.857
Não circulante	57.472	1.196	-	(1.491)	57.177
Total	<u>63.206</u>	<u>1.319</u>	<u>(1.491)</u>	<u>-</u>	<u>63.034</u>

Notas Explicativas

Os impostos parcelados, referente à IRPJ, CSLL E INSS, por meio da Lei nº 11.941/09, começaram a ser pagos a partir de junho de 2011, de acordo com o processo de consolidação da Receita Federal do Brasil, ocorrido em 17 de junho de 2011, em até 180 parcelas, mensais, iguais e consecutivas, atualizados mensalmente com base na taxa Selic.

16 PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, PREVIDENCIÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração constituiu, provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em: (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas.

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/03/2013</u>		
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Saldo final
Não circulante				
Cíveis	950	62	-	1.012
Trabalhistas e previdenciárias	1.388	8	-	1.396
	<u>2.338</u>	<u>70</u>	<u>-</u>	<u>2.408</u>
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/03/2012</u>		
Movimento em 2012	<u>2.181</u>	<u>64</u>	<u>(395)</u>	<u>1.850</u>

A Companhia possui outros riscos passivos relativos a questões trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados a seguir, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Cíveis	12.300	12.452
Trabalhistas	2.921	3.000
	<u>15.221</u>	<u>15.452</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, a Companhia contratou fianças bancárias no montante de R\$ 850 para os processos em andamento.

Notas Explicativas**17 PROVISÃO DE MANUTENÇÃO**

	31/12/2012		31/03/2013			
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo Final
Circulante	18.240	858	538	(1.986)	4.073	21.723
Não circulante	14.079	1.667	494	-	(4.073)	12.167
Total	32.319	2.525	1.032	(1.986)	-	33.890

	31/11/2011		31/03/2012			
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo Final
Circulante	11.572	586	332	(6.615)	-	5.875
Não circulante	17.832	1.285	634	-	-	19.751
Total	29.404	1.871	966	(6.615)	-	25.626

As taxas para cálculo do valor presente são equivalentes as taxas de mercado para os períodos a que se referem e estão demonstradas a seguir:

- Projetos com início de provisão até 2009: 14,75% ao ano.
- Projetos com início de provisão em 2010: 12,34% ao ano.
- Projetos com início de provisão em 2011: 12,62% ao ano.
- Projetos com início de provisão em 2012: 8,20% ao ano.

Em 31 de março de 2013, o montante provisionado corresponde a R\$ 40.457 do valor nominal das projeções de gastos (R\$ 39.268 em 31 de dezembro de 2012).

18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e as premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações trimestrais da Companhia conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	31/03/2013			31/12/2012		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)
Ativos						
Aplicações financeiras	60.079	-	-	16.650	-	-
Contas a receber de clientes	-	4.151	-	-	1.676	-
Contas a receber partes relacionadas	-	45.709	-	-	41.861	-
Passivos						
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	-	-	(1.041)	-	-	(1.346)
Debêntures	-	-	(837.697)	-	-	(861.513)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(24.585)	-	-	(25.985)
Fornecedores partes relacionadas	-	-	(3.240)	-	-	(2.585)
Contas a pagar partes relacionadas	-	-	(16)	-	-	(17)
Total	60.079	49.860	(866.579)	16.650	43.537	(891.446)

Notas Explicativas

Neste período não ocorreram mudanças nos métodos e premissas adotados na determinação do valor justo em relação aos divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de empréstimos e debêntures pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	31/03/2013		31/12/2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (*)	840.679	851.847	864.872	876.230

(*) Os valores estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo qualificados no nível 2, correspondentes à aplicações financeiras de curto prazo, nos valores de R\$ 60.079 em 31 de março de 2013 (R\$ 16.650 em 31 de dezembro de 2012).

Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, apresentamos no quadro a seguir, os valores nominais referentes aos juros e variações monetárias para os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de até 31 de março de 2014. Os valores correspondem aos efeitos calculados para um período de 12 meses a partir da data dessas informações trimestrais, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro. Os cálculos foram efetuados com base na posição em aberto de cada operação, na data dessas informações trimestrais, não levando em consideração eventuais vencimentos intermediários. As taxas definidas para o cenário provável foram adicionadas, nos cenários A e B dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, definidos na referida Instrução.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (Finames), uma vez que a TJLP, por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferece riscos relevantes de elevação no contexto das operações da Companhia.

A seguir estão demonstrados os valores nominais referentes aos juros e variações monetárias sobre debêntures com taxas pós-fixadas.

Notas Explicativas

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽³⁾	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures	Aumento do CDI	Fevereiro de 2015	86.312	(6.737)	(8.429)	(10.124)
Debêntures	Aumento do CDI	Maior de 2017	754.367	(57.669)	(72.139)	(86.629)
Total do efeito de perda				<u>(64.406)</u>	<u>(80.568)</u>	<u>(96.753)</u>
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:						
CDI ⁽²⁾				7,01%	8,76%	10,52%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

No item (2), estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Refere-se a taxa de 28/03/2013, divulgada pela CETIP.

(3) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

Além dos índices variáveis demonstrados no quadro anterior, parte dos contratos possui taxas fixas incidentes sobre o saldo atualizado, as quais também estão consideradas nos cálculos.

19 COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de março de 2013, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia estão resumidas conforme a seguir:

- Responsabilidade civil – R\$ 51.600;
- Riscos de engenharia – conservação e manutenção – R\$ 31.000;
- Riscos de engenharia – ampliação e melhoramentos – R\$ 9.916;
- Riscos patrimoniais / operacionais – R\$ 50.000;
- Perda de receita – R\$ 69.881.
- Veículos: cobertura para danos materiais e pessoais de R\$ 49.000 (R\$ 500 por veículo) e para danos morais; R\$ 9.800 (R\$ 100 por veículo).

Além disso, a Companhia possui três apólices de seguro garantia no valor total de R\$ 213.004, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no Contrato de Concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

20 COMPROMISSOS VINCULADOS AO CONTRATO DE CONCESSÃO

a. Decorrente do direito de outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

	<u>Valor nominal</u>		<u>Valor presente</u>	
	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Outorga fixa a pagar	258.146	271.271	229.050	239.292

O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até fevereiro de 2018, corrigidas monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços - IGP-M, em julho de cada ano. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando uma taxa real de juros de 5% ao ano, compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga na data do início da concessão, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Esses compromissos atualizados até 31 de março de 2013 estavam assim distribuídos:

	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>
2013	39.379	38.588
2014	52.504	49.302
2015	52.504	46.954
2016	52.504	44.719
2017	52.504	42.589
após 2017	8.751	6.898
Total	<u>258.146</u>	<u>229.050</u>

A Companhia não efetuou o pagamento ao Poder Concedente das parcelas referente ao direito da outorga fixa relativas ao período de janeiro à março de 2013 no montante de R\$ 6.289, autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo nº 20, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras realizadas.

b. Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 3% da receita bruta mensal, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

O saldo de outorga variável a pagar em 31 de março de 2013 era de R\$ 2.187 (R\$ 2.092 em 31 de dezembro de 2012).

No decorrer do período foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 6.064, referente ao direito de outorga variável (R\$ 5.860 em 31 de março de 2012).

c. Compromisso com o Poder Concedente

A Companhia assumiu o compromisso de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação e alargamento das rodovias. Em 31 de março de 2013, esses compromissos de investimentos estavam estimados em R\$ 514.788, (R\$ 520.663 em 31 de dezembro de 2012), a serem realizados até o final do prazo da concessão.

Estes investimentos destinam-se a melhorias na infraestrutura para que possa comportar o provável aumento do tráfego futuro e, conseqüentemente, gerar receitas adicionais para a Companhia.

Notas Explicativas**d. Obras a executar**

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Não circulante		
Obrigações com o Poder Concedente	<u>6.710</u>	<u>6.862</u>

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº. 7, de 23 de abril de 2004, com o objetivo de promover a melhor adequação das condições de concessão para cumprimento dos fins de interesse público, entre outros aspectos, o Poder Concedente transferiu a responsabilidade da execução das obras de implantação dos contornos dos trechos urbanizados de São Roque e Brigadeiro Tobias para a Companhia.

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº 20, de 27 de janeiro de 2011, com o objetivo de recomposição do equilíbrio da equação econômico-financeira do Contrato de Concessão decorrente da implantação de um conjunto de obras realizadas, o Poder Concedente autorizou à Companhia a utilização de 28 parcelas da outorga fixa, período compreendido entre dezembro de 2010 e março de 2013, e a utilização de duas parcelas da outorga variável, período compreendido entre dezembro de 2010 e janeiro de 2011.

21 RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil	(15.291)	(18.717)
Variação monetária sobre debêntures	-	(1.469)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(1.032)	(966)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.266)	(286)
Juros e multas sobre obrigações fiscais e sociais	-	(55)
Capitalização de custos dos empréstimos	532	1.104
Juros sobre impostos parcelados	(769)	(1.320)
	<u>(17.826)</u>	<u>(21.709)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	645	1.040
Variação monetária sobre debêntures	-	108
Juros e outras receitas financeiras	93	165
	<u>738</u>	<u>1.313</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(17.088)</u>	<u>(20.396)</u>

Notas Explicativas**22 RECEITAS**

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Receitas de pedágio	202.730	193.521
Receitas de contratos de construção	5.012	4.275
Receitas acessórias	2.728	2.470
Receita Bruta	<u>210.470</u>	<u>200.266</u>
Impostos sobre receitas	(17.761)	(16.939)
Devoluções e abatimentos	7	105
Deduções da receita bruta	<u>(17.754)</u>	<u>(16.834)</u>
Receita Líquida	<u><u>192.716</u></u>	<u><u>183.432</u></u>

23 Eventos subsequentes

Em 30 de abril de 2013, a companhia realizou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 40.000 correspondentes a R\$ 0,00272570 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 0,00299827 por lote de mil ações preferenciais à conta de parte do saldo da reserva de retenção de lucros de 2012.

Composição do Conselho de Administração

Renato Alves Vale	Presidente
Ítalo Roppa	Vice-Presidente
Antônio Linhares da Cunha	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Marcus Rodrigues de Senna	Conselheiro

Composição da Diretoria

Maurício Soares Negrão	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.
Araçariçuama - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros, e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de maio de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

José Roberto P. Carneiro
Contador
CRC nº 1 SP 109447/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR e com as demonstrações financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2013.

Araçariguama, 08 de maio de 2013.

MAURÍCIO SOARES NEGRÃO
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
Diretor da Companhia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR e com as demonstrações financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2013

Araçariguama, 08 de maio de 2013.

MAURÍCIO SOARES NEGRÃO
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
Diretor da Companhia